

Esta revisão das Leis Laborais Carestia de vida, pensões e salários baixos SÃO INACEITÁVEIS



A CGTP saúda todos os trabalhadores, particularmente os que fizeram greve e os mais de 200 mil que participaram na Manifestação de 5 de Junho, em Lisboa

ACÇÃO GERAL DE PROTESTO E LUTA

27 de Junho - Açores e Madeira

28 de Junho - Portugal Continental

Todos à Luta!

A gravidade da situação exige do povo português uma resposta firme e determinada. É preciso lutarmos por melhores condições de trabalho e por uma vida digna!

As **consequências** das políticas dos anteriores governos e agora prosseguidas pelo Governo do Partido Socialista são hoje mais visíveis. O desemprego e a precariedade aumentam. Os preços de tudo o que é essencial não param de aumentar. As desigualdades acentuam-se. A pobreza afecta cerca de 2 milhões de portugueses...

E porquê?

Pela obsessão da redução do défice
Pelo enriquecimento escandaloso dos privilegiados de sempre
Porque não se desenvolve o tecido produtivo nem se criam empregos estáveis e com direitos
Porque o Governo demonstra arrogância

e insensibilidade social.

A tão falada crise não é para todos!

Se é verdade que a conjuntura internacional não ajuda, é também verdade que a "crise" está sempre associada a **mais** especulação financeira **mais** lucros para os patrões **mais** pedinçice dos patrões ao Estado **mais** oportunismo patronal **menos** responsabilidades e obrigações das empresas.

As apostas dos patrões e do Governo trazem mais exploração do trabalho precário, principalmente dos jovens, **salários baixos**, crescimento da **emigração** e cada vez mais **abandono precoce do mercado de trabalho**.

Perde o desenvolvimento de Portugal. Ganha o especulador financeiro.

Na **inflação**, com as sucessivas previsões por baixo, instala-se o "roubo" descarado dos salários. Com o aumento brutal da **taxa de juro** e do preço dos **combustíveis**, vive-se pior.

A **carestia de vida** torna-se insuportável: leite - +74%; arroz - +71%; massas - +34%; ovos - +24%; farinhas - +24%...

Baixam os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas. Diminui a oferta, a qualidade e em muitos casos o acesso aos serviços públicos, na saúde, na justiça, na educação.

Empobrece a população. Sufocam os micro e pequenos empresários. Enriquecem os grandes grupos económicos e financeiros.

É neste contexto que o Governo PS, em vez de cumprir as suas promessas eleitorais de rever as normas gravosas do código do trabalho, tenta promover uma negociação apressada a coberto da concertação social. Com o que propôs, o Governo há muito que optou pelo patronato! Mais uma vez à custa dos trabalhadores.

Esta revisão prejudica os trabalhadores e torna mais barato o custo do trabalho.

Esta revisão dá mais poder ao patronato e reduz a protecção e os direitos dos trabalhadores e os seus salários.

Porque faz caducar a contratação colectiva e todos os direitos nela contidos.

Porque quer aumentar unilateralmente os horários e deixar de pagar o trabalho suplementar.

Porque pretende generalizar a precariedade, tornando legal o que é ilegal.

Porque quer mão livre para despedir, sob a capa da inaptidão.

Porque depois de baixar o valor das pensões de reforma, quer beneficiar o patronato com a diminuição de 1% na taxa social única, reduzindo as receitas da Segurança Social.

Porque prejudica a conciliação da vida familiar e profissional dos trabalhadores.

É INACEITÁVEL!

SÃO INACEITÁVEIS OS CONTEÚDOS FUNDAMENTAIS DA PROPOSTA DO GOVERNO!

Os trabalhadores não são, nem admitem ser tratados, como objectos descartáveis, usados de acordo com os interesses e objectivos de patrões sem escrúpulos. São pessoas, os criadores da riqueza nacional e como tal exigem e reclamam ser tratados com dignidade.

São inaceitáveis as propostas de lei do Governo para a Administração Pública:

- Que põem em causa o direito ao trabalho e instalam a precariedade
- Generalizam os despedimentos individuais com base numa pretensa inadaptação ou em duas avaliações negativas
- Destroem o sistema de carreiras
- Introduzem a prepotência de julgar a nível de remunerações
- Querem dotar as chefias de um poder discricionário.

Esta ofensiva surge articulada com medidas para reduzir as funções sociais do Estado e degradam ainda mais as condições de vida da população.

Queremos:

- Satisfação das nossas reivindicações, contra esta revisão do Código do Trabalho e das leis laborais da Administração Pública!
- Melhoria dos salários e das pensões de reforma, contra o aumento do custo de vida;
- Políticas que desenvolvam o país e nos tragam progresso social.

Esta política não serve os interesses do País, dos Portugueses, nem dos que conosco vivem e trabalham.

**Temos de mudar de políticas
Temos de prosseguir
e intensificar a luta!**

Esta revisão das Leis Laborais Carestia de vida, pensões e salários baixos SÃO INACEITÁVEIS

ACÇÃO GERAL DE PROTESTO E LUTA

27 de Junho - Açores e Madeira

28 de Junho - Portugal Continental

**Todos
à LUTA!**

CGTP
Intersindical Nacional